

Efetividade das estratégias de controle na prevenção e tratamento da hanseníase: uma análise dos protocolos atuais

Effectiveness of control strategies in the prevention and treatment of leprosy: An analysis of current protocols

Suzzan Ericka Sá dos Santos Machado¹

Benedita Mary Jose Gleyk Gomes²

Resumo:

A hanseníase permanece como um importante problema de saúde pública no Brasil, apesar da disponibilidade de tratamento eficaz e das estratégias implementadas para seu controle. A persistência de elevadas taxas de detecção, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica, evidencia a necessidade de avaliar a efetividade das ações voltadas ao diagnóstico precoce, tratamento e vigilância epidemiológica. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a efetividade dos protocolos atuais de prevenção, controle e tratamento da hanseníase, considerando aspectos relacionados à adesão terapêutica, diagnóstico precoce, prevenção de incapacidades físicas e monitoramento de contatos. Trata-se de uma revisão bibliográfica e documental, de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa, realizada por meio da análise de publicações científicas, documentos oficiais e dados epidemiológicos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), referentes ao período de 2013 a 2022, complementados por informações do sistema E-SUS Vigilância em Saúde para o estado do Maranhão. A análise das evidências demonstrou que a poliquimioterapia permanece como a principal estratégia terapêutica para a hanseníase, apresentando elevada eficácia quando associada ao diagnóstico eventual, ao acompanhamento contínuo e à adesão adequada ao tratamento. Entretanto, fatores como diagnóstico tardio, estigma social, desigualdades no acesso aos serviços de saúde e fragilidades na vigilância epidemiológica ainda comprometem o controle da doença. Conclui-se que o enfrentamento da hanseníase requer ações integradas entre assistência, vigilância, educação em saúde e fortalecimento da Atenção Primária, objetivando reduzir a transmissão, prevenir incapacidades físicas e qualificar as políticas públicas para controle da doença no Brasil.

¹Graduando(a) do Curso de Medicina, da FACULDADE DE MEDICINA DE AÇAILÂNDIA – FAMEAC - E-mail: suzyericka@gmail.com.

²Enfermeira pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA, Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ – UNITAU, Docente do Curso de Medicina, do FACULDADE DE MEDICINA AÇAILÂNDIA – FAMEAC - E-mail: Benedita.mggomes@gmail.com.

Palavras-chave: Hanseníase; Poliquimioterapia; Diagnóstico precoce; Vigilância epidemiológica; Saúde Pública.

Abstract:

Leprosy remains a significant public health problem in Brazil, despite the availability of effective treatment and the strategies implemented to control it. The persistence of high detection rates, particularly in regions with greater socio-economic vulnerability, highlights the need to assess the effectiveness of measures aimed at early diagnosis, treatment and epidemiological surveillance. In this context, the aim of this study was to analyse the effectiveness of current protocols for the prevention, control and treatment of leprosy, taking into account aspects relating to treatment adherence, early diagnosis, the prevention of physical disabilities and contact tracing. This is a descriptive literature and documentary review, using both qualitative and quantitative approaches, carried out through the analysis of scientific publications, official documents and epidemiological data from the Notifiable Diseases Information System (SINAN) for the period 2013 to 2022, supplemented by information from the E-SUS Health Surveillance system for the state of Maranhão. Analysis of the evidence showed that multidrug therapy remains the main therapeutic strategy for leprosy, demonstrating high efficacy when combined with timely diagnosis, continuous monitoring and adequate adherence to treatment. Leprosy remains a major public health problem in Brazil, despite the availability of effective treatment and the strategies implemented to control it. The persistence of high detection rates, particularly in regions with greater socio-economic vulnerability, highlights the need to assess the effectiveness of measures aimed at early diagnosis, treatment and epidemiological surveillance. In this context, the present study aimed to analyse the effectiveness of current protocols for the prevention, control and treatment of leprosy, taking into account, however, that factors such as late diagnosis, social stigma, inequalities in access to health services and weaknesses in epidemiological surveillance still undermine the control of the disease. It is concluded that tackling leprosy requires integrated actions combining care, surveillance, health education and the strengthening of primary care, with the aim of reducing transmission, preventing physical disabilities and improving public policies for the control of the disease in Brazil.

Keywords: Leprosy; Multidrug therapy; Early diagnosis; Epidemiological surveillance; Public health.

1 INTRODUÇÃO

A hanseníase é uma doença infecciosa crônica histórica causada pelo *Mycobacterium leprae*, caracterizada pelo acometimento predominante da pele e dos nervos periféricos, podendo evoluir para incapacidades físicas permanentes quando o diagnóstico e o tratamento não são instituídos precocemente.

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, especialmente com a implantação da poliquimioterapia (PQT) e a descentralização das ações para a Atenção Primária à Saúde, a doença

permanece como importante problema de saúde pública em diversos países, particularmente naqueles marcados por desigualdades sociais e dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Nesse contexto, epidemiologicamente o Brasil ocupa posição de destaque entre os países com maior número de casos novos registrados anualmente, evidenciando que, embora existam protocolos consolidados para diagnóstico, tratamento e vigilância, persistem desafios relacionados à interrupção da cadeia de transmissão, ao diagnóstico oportuno e à prevenção das incapacidades decorrentes da doença.

A efetividade das estratégias atualmente empregadas para o controle da hanseníase dependem da integração entre diferentes componentes da assistência e da vigilância em saúde, incluindo o reconhecimento precoce dos casos, a adesão à poliquimioterapia padrão, o acompanhamento clínico longitudinal, a investigação e o monitoramento de contatos, além das ações permanentes de educação em saúde.

Contudo, fatores como vulnerabilidade socioeconômica, estigma social, limitações estruturais dos serviços de saúde, distribuição desigual de recursos e insuficiente capacitação profissional ainda dificultam a implementação dessas estratégias em diferentes regiões do país, contribuindo para a manutenção da endemidade da doença.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão norteadora: em que medida os protocolos atualmente preconizados para prevenção, tratamento e controle da hanseníase têm sido efetivos para reduzir a transmissão, progressão e surgimento das incapacidades físicas, além do fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica no contexto brasileiro?

Assim, parte-se da hipótese de que, embora os protocolos vigentes apresentem elevada eficácia clínica e estejam fundamentados em evidências científicas consistentes, sua efetividade é influenciada por fatores relacionados à organização dos serviços de saúde, ao acesso oportuno ao diagnóstico, à adesão terapêutica e às condições sociais da população, limitando o alcance dos resultados esperados em áreas de maior vulnerabilidade.

Dessa forma, a realização deste estudo justifica-se pela relevância epidemiológica da hanseníase e pela necessidade de ampliar a compreensão acerca da efetividade das estratégias atualmente adotadas para seu enfrentamento, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para a qualificação da assistência prestada às pessoas acometidas pela doença.

Em suma, a análise integrada das evidências científicas e dos dados epidemiológicos oficiais tem potencial para subsidiar a identificação de desafios persistentes e de oportunidades para o aprimoramento das ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e vigilância, especialmente na Atenção Primária à Saúde.

Por fim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a efetividade dos protocolos de tratamento, prevenção e controle da hanseníase, considerando aspectos relacionados à adesão terapêutica, ao diagnóstico precoce, à prevenção de incapacidades físicas e à vigilância de contatos.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica e documental, de natureza descritiva, desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa. A opção por esse delineamento metodológico fundamenta-se na necessidade de reunir, analisar e interpretar

evidências científicas produzidas acerca da hanseníase, bem como relacioná-las com dados epidemiológicos oficiais, possibilitando uma compreensão abrangente do comportamento da doença no contexto da saúde pública brasileira.

A combinação entre a análise da literatura especializada e a utilização de dados secundários provenientes de sistemas oficiais de vigilância em saúde permitiu integrar conhecimentos teóricos e evidências epidemiológicas, contribuindo para uma discussão consistente sobre a magnitude da hanseníase, seus desafios e as estratégias de enfrentamento adotadas no país. O universo da pesquisa compreendeu toda a produção científica e documental relacionada à hanseníase, incluindo artigos científicos, livros, manuais técnicos, protocolos assistenciais e documentos normativos publicados por instituições de reconhecida relevância na área da saúde, além dos registros epidemiológicos disponibilizados pelos sistemas oficiais de informação em saúde do Brasil.

A amostra foi constituída por materiais considerados pertinentes aos objetivos do estudo, selecionados em função de sua relevância científica, atualidade e contribuição para a compreensão dos aspectos clínicos, epidemiológicos e das políticas públicas voltadas ao controle da doença. Paralelamente, foram incluídos dados epidemiológicos referentes aos casos notificados de hanseníase registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), abrangendo o período de 2013 a 2022.

Para a análise específica do estado do Maranhão, utilizaram-se os dados disponibilizados pelo sistema E-SUS Vigilância em Saúde (E-SUS VS), conforme informações oficiais fornecidas pela Secretaria de Estado da Saúde, contemplando o período a partir de 2020, em consonância com a disponibilidade dos registros estaduais.

A pesquisa foi conduzida exclusivamente por meio de consultas eletrônicas em bases de dados científicas e plataformas digitais de instituições oficiais, não havendo realização de coleta de dados em campo, entrevistas ou procedimentos envolvendo participantes humanos. As fontes de consulta incluíram bases e sistemas mantidos pelo Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), E-SUS Vigilância em Saúde (E-SUS VS), além de documentos técnicos disponibilizados pelo Manual MSD e outras publicações científicas indexadas relacionadas ao tema. A utilização dessas fontes possibilitou o acesso a informações confiáveis, atualizadas e reconhecidas pela comunidade científica e pelos órgãos responsáveis pela vigilância epidemiológica nacional.

A coleta dos dados ocorreu em duas etapas complementares. Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico e documental mediante seleção de artigos científicos, livros, manuais técnicos, protocolos clínicos e documentos oficiais que abordassem aspectos clínicos, epidemiológicos, diagnósticos, terapêuticos e de saúde pública relacionados à hanseníase.

Em seguida, procedeu-se à obtenção dos dados epidemiológicos secundários provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN/Hanseníase), correspondentes ao período compreendido entre 2013 e 2022, contemplando indicadores epidemiológicos e operacionais da doença em âmbito nacional.

Para o estado do Maranhão, foram utilizados os registros disponibilizados pelo sistema E SUS Vigilância em Saúde (E-SUS VS), publicados pela Secretaria Estadual de Saúde. Todas as informações coletadas foram organizadas de forma sistemática, preservando integralmente os dados originais disponibilizados pelos órgãos oficiais, sem a realização de procedimentos de modificação,

tratamento ou limpeza dos bancos de dados, uma vez que se tratam de informações secundárias previamente consolidadas pelos respectivos sistemas de vigilância em saúde. Após a coleta, os dados foram submetidos à análise descritiva, sendo organizados em tabelas, quadros e gráficos sempre que pertinente, com a finalidade de facilitar a visualização, a comparação e a interpretação dos indicadores epidemiológicos e operacionais da hanseníase ao longo do período estudado.

Paralelamente, a análise bibliográfica foi desenvolvida por meio de leitura crítica, interpretação e síntese das publicações selecionadas, buscando identificar convergências e complementaridades entre as evidências científicas disponíveis e os dados epidemiológicos oficiais.

Essa estratégia metodológica possibilitou a construção de uma discussão fundamentada sobre o cenário epidemiológico da hanseníase no Brasil, os principais desafios relacionados ao controle da doença e as estratégias implementadas no âmbito da saúde pública para sua prevenção, diagnóstico, tratamento e vigilância.

Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica e documental desenvolvida exclusivamente com dados secundários de domínio público, sem envolvimento direto de seres humanos ou utilização de informações que possibilitassem sua identificação, este estudo foi dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde.

Durante todas as etapas da pesquisa foram observados os princípios éticos que regem a produção científica, assegurando-se a utilização fidedigna das informações consultadas, a adequada citação das fontes utilizadas e o respeito à integridade intelectual dos autores, das instituições responsáveis pelas publicações e dos órgãos oficiais que disponibilizam os dados epidemiológicos empregados neste estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Dados descritos nessa revisão evidenciam que a poliquimioterapia (PQT) permanece como a principal estratégia terapêutica para a hanseníase, sendo reconhecida internacionalmente pela elevada eficácia na eliminação do **Mycobacterium leprae**, na interrupção da cadeia de transmissão e na prevenção do desenvolvimento de resistência medicamentosa. A adoção desse protocolo representou um marco no controle da doença, reduzindo significativamente sua prevalência em diversos países endêmicos (BRASIL, 2022; THIAGARAJAN, et al., 2023).

Entretanto, os estudos analisados demonstram que, apesar da disponibilidade de tratamento efetivo e gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a hanseníase continua configurando importante problema de saúde pública no Brasil, indicando que a simples oferta terapêutica não é suficiente para alcançar o controle sustentável da doença (BRASIL, 2024)

Nesse contexto, observa-se que a efetividade dos protocolos atuais está diretamente relacionada ao diagnóstico precoce. A literatura demonstra que pacientes diagnosticados nas fases iniciais apresentam menor comprometimento neural, menor incidência de incapacidades físicas permanentes e melhores desfechos clínicos (FIOCRUZ, 2023; NARDELL, et al., 2022)

Em contrapartida, o diagnóstico tardio favorece a evolução da infecção, aumenta a ocorrência de deformidades, compromete a qualidade de vida dos indivíduos e mantém a circulação do bacilo na comunidade por períodos prolongados (FIOCRUZ, 2023; BRASIL, 2022)

Esses aspectos reforçam que o sucesso terapêutico depende não apenas da eficácia farmacológica da poliquimioterapia, mas também da capacidade dos serviços de saúde em identificar precocemente os casos suspeitos (OPAS, 2023; CDC, 2024)

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se aos fatores que interferem na adesão ao tratamento. Embora a PQT apresente elevada taxa de cura quando utilizada corretamente, diversos fatores podem comprometer sua continuidade. Entre eles destacam-se seus efeitos adversos dos medicamentos, especialmente a hiperpigmentação cutânea relacionada à clofazimina, alterações gastrointestinais, anemia hemolítica associada à dapsona e em indivíduos suscetíveis manifestações hepáticas relacionadas ao uso da rifampicina (MACÊDO, et al., 2024; PEREIRA, S. V. M., et al., 2020)

Embora esses eventos sejam, na maioria das vezes, manejáveis, eles frequentemente contribuem para o abandono terapêutico quando não há adequado acompanhamento multiprofissional e orientação ao paciente (CAVALCANTE, et al., 2019).

Além das questões clínicas, os estudos demonstram que fatores sociais exercem influência significativa sobre a adesão ao tratamento. O estigma historicamente associado à hanseníase permanece como importante obstáculo diagnóstico precoce ao seguimento terapêutico (WHO, 2024; WRIGHT, J. R. et al., 2023).

O receio da discriminação social, do afastamento familiar, das dificuldades do ambiente de trabalho e da exclusão comunitária faz com que muitos indivíduos retardem a procura pelos serviços de saúde, favorecendo a progressão da doença quanto sua transmissão. Dessa forma, a hanseníase ultrapassa a dimensão biológica, configurando também um importante problema social que exige intervenções voltadas para redução do preconceito e fortalecimento da educação em saúde (BRASIL, 2022; OMS, 2024).

Outro resultado relevante encontrado nesta revisão diz respeito ao papel estratégico da Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da hanseníase. A descentralização do diagnóstico e do tratamento para as Unidades Básicas de Saúde ampliou o acesso da população aos serviços e possibilitou maior integração entre vigilância epidemiológica, assistência clínica e acompanhamento longitudinal dos pacientes (NARDELL, et al., 2022; BRASIL, 2022). Nesse cenário, a Estratégia Saúde da Família assume papel fundamental na identificação precoce de sinais e sintomas, no rastreamento de contatos dentro domiciliares, na supervisão do tratamento e na prevenção das incapacidades físicas decorrentes da doença (SILVA, M. C. et al., 2024).

A vigilância de contatos também se mostrou uma das medidas de maior impacto para redução da transmissão. Estudos demonstram que indivíduos residentes no domicílio de pacientes multibacilares apresentam risco significativamente maior de desenvolver hanseníase quando comparados à população geral (FIOCRUZ, 2023; MACÊDO, et al., 2024; CDC, 2024). Dessa forma, o exame periódico dos contatos, aliado à vacinação com BCG quando indicada e ao monitoramento clínico contínuo, constitui estratégia essencial para interromper a cadeia de transmissão e identificar precocemente novos casos (BRASIL, 2022; SANTOS, A. C. et al., 2022; OPAS, 2023).

A educação em saúde aparece, igualmente, como componente indispensável das políticas e controle

da doença. As evidências demonstram que campanhas educativas contribuem para ampliar o conhecimento da população acerca dos sinais iniciais da hanseníase, reduzir mitos relacionados à transmissibilidade e estimulará procura precoce pelo serviço de saúde (WHO, 2021; BRASIL, 2019; BRASIL, 2022)

Paralelamente, programas permanentes de capacitação dos profissionais da atenção primária favorecem Maior Segurança Diagnóstica, reduzindo erros de classificação clínica e atrasos no início da poliquimioterapia (MACÊDO, et al., 2024).

Mesmo com programas e protocolos bem definidos, o Brasil permanece entre os países com maior número absoluto de casos novos registrados anualmente, situação fortemente influenciada pelas desigualdades socioeconômicas, condições precárias de moradia, dificuldades de acesso aos serviços especializados e distribuição heterogênea da assistência em diferentes regiões do país (BRASIL, 2024; BRASIL, 2022)

Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste continuam apresentando elevada carga epidemiológica, reforçando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de vigilância e controle (BRASIL, 2024).

Outro aspecto frequentemente abordado pelos estudos refere-se às incapacidades físicas decorrentes da doença. Mesmo após a cura bacteriológica, muitos pacientes permanecem com sequelas neurológicas permanentes, comprometimento funcional e limitações para realização das atividades diárias (MACÊDO, et al., 2024; PEREIRA, S. V. M., et al., 2020)

Esses achados evidenciam que o sucesso do tratamento não deve ser avaliado exclusivamente pela eliminação do bacilo, mas também pela preservação da função neural, prevenção das incapacidades e reinserção social do indivíduo, tornando indispensável o acompanhamento multiprofissional após a alta terapêutica (CAVALCANTE, et al., 2019; CDC, 2024).

Em conjunto, os resultados analisados demonstram que os protocolos atuais apresentam elevada efetividade quando associados ao diagnóstico oportuno, à adesão adequada ao tratamento e à implementação integrada das ações de vigilância epidemiológica (CAVALCANTE, et al., 2019; SANTOS, A. C. et al., 2022).

Contudo, a persistência de elevadas taxas de detecção em áreas endêmicas indica que ainda existem limitações importantes relacionadas ao acesso aos serviços de saúde, à educação sanitária e às condições socioeconômicas da população.

Assim, torna-se evidente que o enfrentamento da hanseníase exige uma abordagem abrangente, envolvendo ações clínicas, epidemiológicas, educativas e sociais, capazes de promover não apenas a cura da doença, mas também a redução da transmissão, das incapacidades físicas e do estigma historicamente associado aos indivíduos acometidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa revisão bibliográfica documental demonstram que os protocolos atualmente preconizados para o controle, prevenção e o tratamento da hanseníase apresentam elevada efetividade, dispondo de diretrizes bem estruturadas e fundamentadas em evidências científicas, com resultados expressivos quando implementados de forma adequada.

Entretanto, persistem desafios que limitam sua plena efetividade, especialmente aqueles

relacionados às desigualdades socioeconômicas observadas em regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, à necessidade contínua de qualificação dos profissionais de saúde e à permanência do estigma social associado à doença.

Esses fatores reforçam a importância do fortalecimento das políticas públicas já estabelecidas, com vistas à ampliação do acesso aos serviços de saúde, ao diagnóstico precoce e à prevenção das incapacidades físicas.

Nesse contexto, a análise realizada demonstra que os protocolos definidos pelo Ministério da Saúde para o tratamento, a vigilância epidemiológica e a prevenção da hanseníase constituem instrumentos essenciais para o enfrentamento da doença, desde que implementados de maneira integrada e em consonância com as recomendações técnicas vigentes.

Assim, evidencia-se a relevância da educação em saúde, da capacitação permanente das equipes assistenciais e do acompanhamento contínuo dos pacientes e de seus contatos, fortalecendo as ações desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde.

Por fim, conclui-se que o controle sustentável da hanseníase depende não apenas da eficácia dos protocolos terapêuticos, mas também da articulação entre políticas públicas, qualificação profissional, vigilância epidemiológica e participação da sociedade, favorecendo a redução da transmissão, a prevenção das incapacidades e a melhoria da qualidade da assistência prestada à população.

REFERÊNCIAS

- I. BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da hanseníase como problema de saúde pública: manual técnico-operacional**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.
- II. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia Nacional para Enfrentamento da Hanseníase 2019–2022**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.
- III. BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde pública protocolo para o atendimento da hanseníase**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/ministerio-da-saude-publica-protocolo-para-o-atendimento-da-hanseniase>. Acesso em: 11 jul. 2026.
- IV. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hanseníase (PCDT)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.
- V. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico de Hanseníase 2024**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.

VI. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Boletim Epidemiológico: Hanseníase 2022**. Número especial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais>. Acesso em: 11 jul. 2026.

VII. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Guia prático sobre a hanseníase**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

VIII. CAVALCANTE, Jeane Lima; XAVIER, Samyra Paula Lustoza; CABRAL, Jennifer Ferreira Figueiredo; VIANA, Maria Corina Amaral; CAVALCANTE, Edilma Gomes Rocha. **Tecnologias em saúde para a promoção do autocuidado em pacientes com hanseníase: explorando evidências científicas**. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 33, e33369, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18471/rbe.v33.33369>.

IX. CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Hansen's Disease (Leprosy)**. Atlanta: CDC, 2024.

X. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Conheça os sintomas da hanseníase**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/conheca-os-sintomas-da-hanseniase>. Acesso em: 11 jul. 2026.

XI. MACÊDO, Michelle Santos et al. **Primary health care professionals' practice in the face of leprosy: a scoping review**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 77, n. 2, 2024.

XII. NARDELL, Edward A. **Leprosy (Hansen Disease)**. In: **MANUAL MSD – Professional Version**. Kenilworth: Merck Sharp & Dohme, 2022.

XIII. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Global Leprosy Strategy 2021– 2030: Towards Zero Leprosy**. Geneva: World Health Organization, 2021.

XIV. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Global leprosy (Hansen disease) update, 2023: Elimination of leprosy disease is possible – Time to act! Weekly Epidemiological Record**. Geneva: World Health Organization, 2024.

XV. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Leprosy**. Geneva: World Health

Organization, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/leprosy>. Acesso em: 11 jul. 2026.

XVI. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Technical guidance on interruption of transmission and elimination of leprosy disease**. Geneva: World Health Organization, 2023.

XVII. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Hanseníase**. Brasília, DF: OPAS, 2023.

XVIII. PEREIRA, S. V. M. et al. **Avaliação da hanseníase: relato de experiência de acadêmicos de enfermagem**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 61, n. esp., p. 774-780, 2020.

XIX. SANTOS, A. C. et al. **Prevenção de incapacidades físicas na hanseníase: revisão narrativa**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/prevencao-de-incapacidades>. Acesso em: 5 jul. 2026.

XX. SILVA, M. C. et al. A importância da prevenção de incapacidades físicas em pacientes com hanseníase. *Revista Funec Científica*, Santa Fé do Sul, 2024. Disponível em: <https://seer.unifunec.edu.br/index.php/rfc/article/view/5572/4321>. Acesso em: 10 jul. 2026.

XXI. THIAGARAJAN, Kamala. Hanseníase: a doença antiga que a ciência não consegue eliminar. *BBC News Brasil*, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

XXII. WHO. **WHO guidelines on leprosy management: update**. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35832335/>. Acesso em: 18 jun. 2026.

XXIII. WRIGHT, J. R. **Hanseníase dá direito à aposentadoria por invalidez?** *Rede Jornal Contábil*, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/>. Acesso em: 11 jul. 2026.